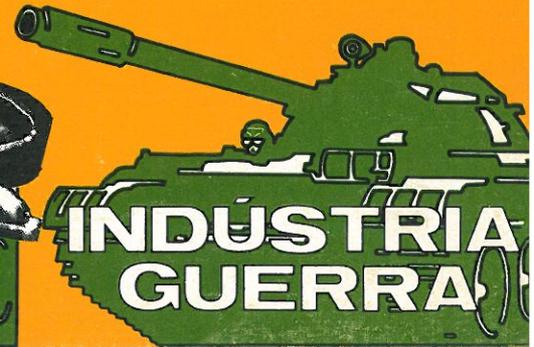
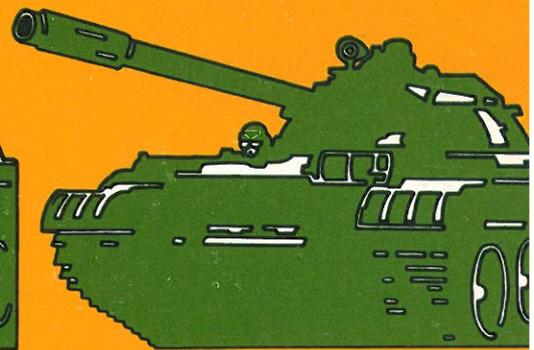
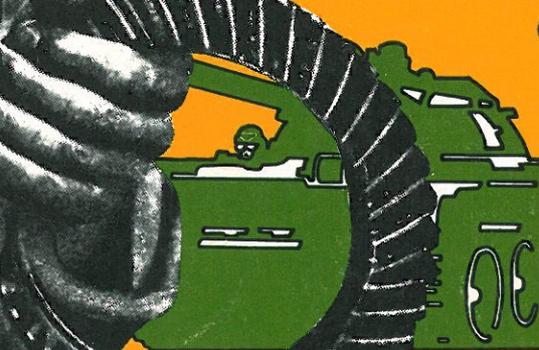
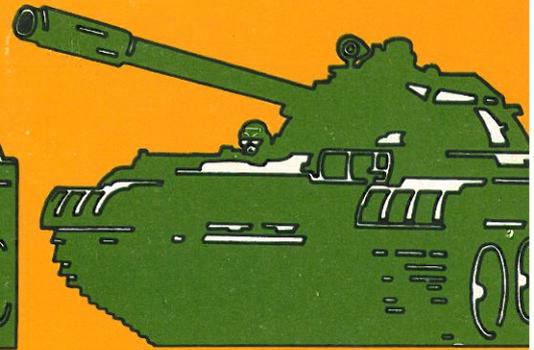
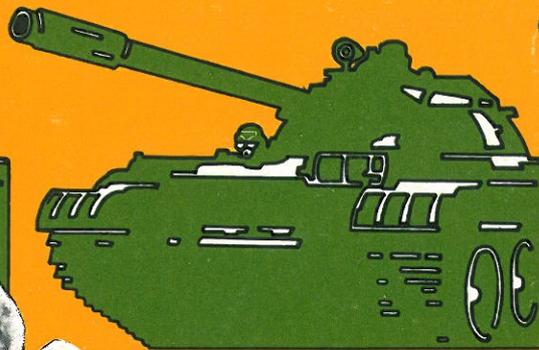
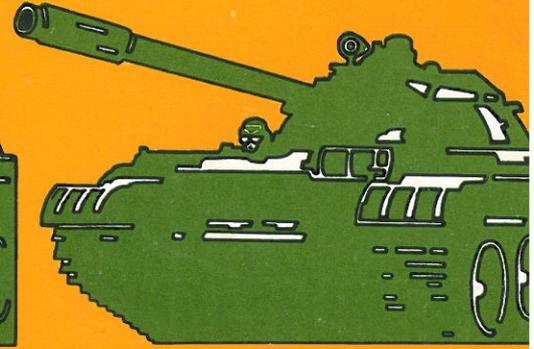
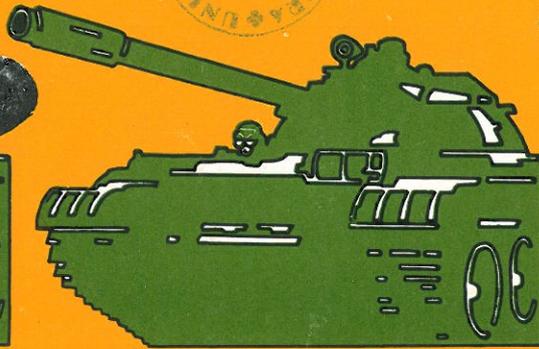


# O <sup>200</sup> TEMPO E O MODDO

N.º 78 Nova Série ABRIL 1970

UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
25 DE ABRIL



**INDÚSTRIA  
GUERRA**

# MESA REDONDA

**escolhidos em reunião geral, sete redactores do T. M.—João Ferreira de Almeida, João Bénard da Costa, João Martins Pereira, Jorge Almeida Fernandes, Nuno Júdice, Luís Lobo e Amadeu Lopes Sabino—interrogam-se acerca do que é e do que pode ser um projecto-revista chamado**

## **O TEMPO E O MODO**

---

J. F. A. — A nova série do TM apareceu há cerca de 6 meses e o projecto sobre que se estriba é bastante anterior. O problema que se põe liminarmente parece ser o de se saber se é altura asada para proceder a um balanço da nossa actividade, para se fazer o ponto. Eu creio que numa coisa deste tipo, se correm dois riscos essenciais. O primeiro o de maçar o leitor, implicá-lo um pouco contra vontade num tipo de aventura para que não está predisposto e que naturalmente não aceitará porque julga prematura. Um outro tipo de risco consiste em fazer fogo cerrado, em tomar determinados vícios infantis por vícios essenciais, vícios que necessariamente se hão-de reflectir na revista futura e fazer a este respeito um diagnóstico errado. Portanto este risco é um risco de lutar com moinhos de vento, de passar ao lado das questões verdadeiramente essenciais, as questões de que do ponto de vista crítico dizem respeito aos vícios que tendem a introduzir-se na revista. Em todo o caso, uma revista que é e se pretende crítica tem de implicar o leitor desde o princípio na sua feitura e implicá-lo tanto quanto possível internamente. Proponho que em relação a esta conversa se sigam duas ou três balizas mais ou menos marcadas, embora sem excesso de rigor, sem definir com isso nenhum corredor estreito. A primeira dessas balizas consistiria, parece-me evidente, em confrontar o projecto inicial da revista com o que a revista tem sido até agora; esse confronto creio que é já possível e que é já necessário: uma segunda baliza consiste em constatar o desfazimento que existe e constatá-lo também criticamente, ou seja, ter em atenção quer o projecto quer o que a revista está a ser, diagnosticar as causas do desfazimento, saber até que ponto o projecto era possível, era viável, saber o que é preciso fazer para que

a revista venha a coincidir com esse projecto ou com outro que tenhamos de definir. Por último, ligado com estes pontos, vem o problema da superação desse desfazimento constante (que inevitavelmente se vai constatar) e é nessas vias de superação, ao fim e ao cabo, que vai residir a parte mais importante desta conversa.

J. B. C. — Como tu disseste, o aparecimento do T. M. — nova série — foi precedido por uma preparação intensa que se desenrolou praticamente durante quase todo o ano de 1969.

Nas discussões então havidas, falou-se muito da distinção entre uma revista «ideal» e a revista que podíamos fazer. Ou seja, à partida todos sabíamos que um projecto como este estava condicionado por factores de diversíssima ordem, quer externos (os condicionalismos que rodeiam qualquer iniciativa deste género em Portugal), quer internos, (enxerto duma revista que se pretendia nova numa revista que já tinha um determinado passado e determinadas correlações). Além disso, ainda se partia *a priori* com pessoas de diversas perspectivas, com os limites dessas pessoas etc., etc.

Falou-se talvez menos daquilo que se poderia conseguir com a revista dentro dos objectivos propostos, ou seja, torneou-se a questão, em si mesma um pouco académica e possivelmente paralizante, de perguntar para que é que uma revista serve neste país e neste momento, «para quê uma revista?»

Foram publicados até agora 4 números, está a sair o 5.º e, se há alguma unanimidade entre os redactores, essa verifica-se numa geral insatisfação e até frustração sentida em relação a eles. Por umas razões ou por outras, diferentes conforme as pessoas, todos «sentimos» que este não só não é o T. M. que queríamos fazer como até aquele T. M. que bem ou mal, certa ou erradamente, «sentíamos» que podíamos fazer. Essa frustração ou insatisfação pode ter que ver com a tal *décalage* entre a revista real e a revista ideal, e nesse sentido não será extremamente grave. Pode ter que ver, em primeiro lugar, porque apesar da modéstia do propósito («a revista que podemos fazer»), no fundo todos nós acreditávamos que, torneados os condicionalismos externos em que se preferia até não pensar muito, o T. M. seria uma revista porreira, onde alguns cérebros privilegiados, cheios de pureza ideológica e de rigor científico, iam dizer como era. Repudiados verbalmente os estigmas do reformismo, oportunismo, revisionismo, etc., objectos de esconjurações que enquanto esconjurações são sempre mais ou menos metafísicas (ou mágicas), íamos aplicar à análise da sociedade portuguesa (e não só) os instrumentos adequados à sua compreensão transformadora. Certamente que ninguém toma para si este retrato caricatural, mas com certeza também todos mais ou menos temos alguns traços dele. O nosso trabalho em comum iria contribuir para o aparecimento de uma nova esquerda muito mais apetrechada teòricamente e muito mais capaz das tarefas que lhe cabem neste País. Em segundo lugar, essa frustração vem também desta revista poder aparecer um pouco como que o lugar indicado para resolver algumas frustrações, já que «frustrados somos nós todos desde pequenos, frustrados ou ainda menos». Compensaríamos portanto um certo absentismo e intelectualismo ressentidos, substituindo a prática prática, sempre adiada, por uma prática teórica. É evidente que tanto a primeira ordem de razões como a segunda só poderiam levar a novas frustrações, meas culpas, auto-críticas, etc.

Persiste, para além de tudo, no entanto, que só um inconsciente ou um idiota se pode considerar satisfeito com o actual T. M. Digo com o actual, porque o antigo, para lá de questões ideológicas, até poderia surgir ou até poderia provocar a tal satisfação na medida em que aparecia nele um mínimo de qualidade, na medida em que era o tal olho que em terra de cegos dá realza. Eu creio que na conversa que nós vamos ter importa um bocado situar ou separar portanto essa frustração em relação a uma obra ideal, a obra das nossas vidas, portanto cheia de intenções grandiosas, essa frustração lírica e sentimental da real frustração que temos razões para sentir. Ou seja, as questões a pôr devem pôr-se dentro da revista porque optámos: revista legal, revista chamada T. M. que tinha

um determinado passado, propriedade duma sociedade anónima, lançada no mercado como produto vendido a um certo preço e situada num sistema económico da edição capitalista. Devemos excluir projectos puristas extremes. Pareceu-me útil recordar esta situação concreta no início do debate.

J. M. P. 1) — O problema central que se põe, saídos 4 números da revista é: tem sentido este **produto** nos quadros mercantis de um dado sistema e que se pôs como objectiva contestá-lo. Mais, que o afirmou públicamente?

Este problema teórico já existia há 1 ano. Ele não terá sido discutido e analisado com o rigor necessário. Os que se lançaram na tarefa de construir um novo T. M. terão feito uma «aposta», o que não tem nada de científico. Essa aposta materializou-se na saída de uma revista, e é isso que hoje nos obriga a reformular o problema e a perguntar de novo: tem sentido?

2) Há que percorrer o **produto** fabricado, ver se ele cumpriu alguma coisa do programa traçado, e se não porquê (inclusivé, porque se pense que esse programa não tinha de facto, sentido). Primeiro indício: a tiragem do 5.º número será 60 % superior à do primeiro. Isto significa que quando se «apostou» numa lacuna a preencher em termos de público, a lacuna existia de facto. Mas isto não resolve nada: não nos teremos enganado na lacuna? Ou será o público menos exigente do que **nós próprios**? É aqui, afinal, que entramos nós próprios no domínio da discussão. **Nós** consideramos a revista má, com baixo nível de textos, falta de rigor teórico, mais cozinhada do que planificada, etc., etc. Mas fomos **nós** que a fizemos, e neste **nós** incluo os que participaram e os que não participaram.

Porque não exigimos um funcionamento mais correcto das estruturas internas? Porque não discutimos àsperamente desde muito antes da saída do 1.º número os problemas fundamentais que se punham? Porque deixámos sair 3 números antes de lançar o grito de alarme? Porque, inclusivamente, deixámos na gaveta algumas coisas importantes que apesar de tudo, se tinham esboçado? A isto respondo: na minha opinião, porque as verdadeiras questões e mesmo as teóricas se levantam em termos de uma prática — o que não pode ser entendido como a simples «feitura da revista». Ora foi essa prática que falhou, desde o início.

Resumindo os dois problemas postos: 1 — Julgo que será essencialmente a prática dentro da revista, incluindo a prática teórica, que poderá vir esclarecer em que medida o produto-revista pode ser o contributo que se propôs, mesmo tendo em conta os riscos de «recuperação». 2 — Só uma mudança fundamental na forma de exercer essa prática por parte dos redactores poderá levar àquele esclarecimento.

J. B. C. — Uma vez que o Martins Pereira já entrou nalguns problemas de fundo, vou fazê-lo também. O novo TM foi elaborado por pessoas que, embora com ideologias diversas, dentro dos limites do que se chama «socialismo não-reformista» entendiam ser necessário determinar o espaço em que deviam situar-se as questões que as preocupam, formulando-as com o rigor teórico que, pensavam elas, não tem havido até aqui. Em vez disso, em minha opinião, sucedeu o seguinte: pessoas de ideologias diversas propagandearam essas mesmas ideologias sem qualquer rigor técnico (estou a falar na generalidade) e ainda com toda a espécie de primarismos, dogmatismos, simplismos, demagogia, etc., que normalmente acompanham esse mesmo propagandear. Isto parece-me grave sobretudo porque aquilo que se chama esquerda portuguesa e subdesenvolvida tem sido intoxicada de instrumentos ideológicos não digeridos nem amadurecidos por falta de formação teórica. Portanto corre-se o risco de que o T. M. apenas venha a aumentar a confusão reinante, traindo o propósito inicial. A falta duma colaboração de qualidade é quanto a mim uma das deficiências mais graves

do actual T. M. e tanto mais que, mesmo quando a revista pretende uma controvérsia ideológica e política, só a partir dela, ela pode ganhar um interesse evidente. Por exemplo, em textos de quadrantes ideológicos bastante diferentes — o artigo de João Martins Pereira «*A Descoberta do Caminho Marítimo*» ou «*Para onde vão os economistas portugueses*» de Jorge Almeida Fernandes, ou, por outro lado, «*Os Americanos e a História*», de Jorge de Sena, ou «*Sobre Arte e Política*» de Fernando Pernes — esse rigor maior ou menor tem aparecido e por isso mesmo esses textos são os que maiores perspectivas oferecem para um debate ideológico. A partir de outros, a discussão começa por pôr em causa o seu estatuto teórico e portanto invalida os bons esforços dos seus autores.

J. A. F. — Aproveito começar pelo teu diagnóstico, que me parece desfocado. Se estou de acordo contigo quando dizes que o T. M. em nada ou quase nada contribuiu para o tal armamento teórico da esquerda, de que se fala no editorial do n.º 74, não concordo com as razões que apontas. A crise de produção, sobretudo de textos teóricos, não se deve ao processo de discussão no interior da revista. Essa discussão não desculpa a publicação de textos medíocres. Mas tem muito a ver com uma mudança de estilo de trabalho, que se não consegue de um dia para o outro, e que é essencial para ultrapassar os impasses e os equívocos na produção e na clarificação ideológica da revista.

Parece-me haver um certo idealismo nas tuas posições. Não é possível fazer uma revista, assente numa redacção politicamente heterogénea, sem uma permanente discussão e crítica de métodos e objectivos. Não quero dizer que esta confrontação, a interna, seja a mais importante. Pelo contrário. Mas é necessária. Só um estilo de trabalho democrático e um trabalho crítico colectivo poderão corrigir os erros em que tendemos a cair, erros que, aliás, não são específicos do T. M.

A heterogeneidade da redacção tem o seu preço. Só uma confrontação de posições nos permitirá avançar, demonstrando que essa unidade é uma unidade possível e necessária e não uma unidade oportunista. É óbvio que se não houver produção, se essa confrontação não vier a público, se não houvesse revista, tudo está viciado. Será um simples verbalismo, um logro.

Para já é grave que esta mesa não tenha por objecto questões políticas de fundo, mas que seja anterior a tudo isso. Que tenha sido necessária para uma crítica, face ao público, de erros primários, em grande parte motivados pelo atraso, pela fragilidade do trabalho das novas equipas. Este atraso, estes impasses, parecem-me bem mais reais do que a preocupação de propaganda, em detrimento da teoria, como diz o João Bénard.

J. B. C. — Não houve uma preocupação de substituir uns textos por outros; o que digo é que como isso era muito mais fácil, como se exigia dos redactores muito menos, os redactores foram mais facilmente levados aí que ao que se tinham comprometido perante os leitores ao anunciar como tal a revista.

J. A. F. — Parece-me que os textos em causa nem sequer são propaganda, mas sim textos sem qualidade. Muito mais perigosa me parece uma certa «concepção magazinesca», levada às últimas consequências pela publicação do já célebre anúncio, «Quem lê o Tempo e o Modo?», na segunda capa do número de Fevereiro.

Explico. O T. M. aparece a preencher um espaço vazio ou virtual, junto de um «certo público». Depois, vem propor-se um determinado papel junto da esquerda, caracterizada como uma esquerda sem teoria. Começa então a publicar pequenas notas, amostras de artigos, certas «piscadelas de olho» envoltas em roupagem pretensamente teórica. Claro que publicou textos de interesse e foram estes que serviram de padrão de avaliação da revista. Mas pode-se sempre perguntar se os bons textos não são o modo de impingir os maus textos e os textos oportunistas. E quando aparece aquele anúncio escandaloso, poder-se-á perguntar se o que na realidade se está a fazer não é a fabricação de um produto para venda, de um veículo publicitário, empresa oportunista em suma. É por isso que o anúncio constituiu um banho para a redacção que se espantou e se interrogou como tinha sido possível tal situação. Liquidar tal concepção magazinesca é uma condição de vida ou de morte para o T. M. Tolerá-la seria alinhar no mais escandaloso oportunismo e abandonar os objectivos políticos da revista.

Um outro risco é o de inverter os termos e passar a fazer a tradicional revista política, respeitável e democrática e liberal, como manda a oposição burguesa. Ou ainda, procurar refúgio naquela revista cultural, eclética, equilibrada, neutra. Mistificadora, reaccionária mas sempre de qualidade...

Todos temos consciência destes riscos. E um erro há a combater imediatamente pois tem estado presente nos números publicados. O magazine de esquerda, com textos de fácil leitura e ainda mais fácil escritura, que apresenta as novidades «teóricas», que diz à esquerda como é que é, que supre as dificuldades de dar conta do real com a análise fácil, pretensamente teórica. Uma coisa é a coragem de propagandear, combatear, denunciar. Uma outra é o oportunismo e o pseudo-radicalismo.

Não creio que ninguém esteja de acordo com isto no T. M. Mas o formato da revista, os condicionalismos legais e de mercado, as falhas na colaboração, a heterogeneidade de redacção, ajudam a abrir caminho a tais erros. Os números publicados o demonstram.

J. F. A. — O problema está a ser situado nos seus termos genéricos, as pessoas estão a ter a preocupação do diagnóstico mas não estão a apontar caminhos. Uma das coisas em que se não falou é o problema da estruturação interna da revista que tem sido o cavalo de batalha estruturativo — a solução da revista estava na estruturação interna, no modo como era composto o conselho de redacção, as equipas, onde residia a soberania, etc. Eu acho que isso tinha interesse ser focado aqui, embora eu não lhe atribua a importância que já lhe atribuímos.

N. J. — O problema do modo de trabalho dentro do T. M. põe-se muito agudamente às pessoas que tratam de assuntos não especificamente políticos: literatura e cinema sobretudo. Porque nós consideramos que não tinha sentido falarmos em termos puramente culturalizantes, do ponto de vista de uma «secção de artes e letras» a funcionar no T. M. independentemente do resto da revista, pôs-se-nos o problema da inserção política do nosso trabalho no T. M.: se continuaríamos a trabalhar isoladamente gozando de um pretenso estatuto autónomo da Arte, ou integrando-nos na planificação do trabalho de revista. É evidente que optámos pela segunda via, dando prioridade portanto à definição de um programa de trabalho teórico e crítico que perspective os textos que viermos a produzir. É isto presentemente que estamos a fazer.

L. L. — O que eu quero dizer prende-se ao facto de a revista ser uma revista legal e ao facto de um tipo ter de aceitar trabalhar dentro da legalidade. Eis portanto o problema que para mim é fundamental: fazer os tais textos de rigor ideológico e vigor sem que isso seja por golpe não é

possível dentro da legalidade porque ou não saem ou não têm rigor ideológico. Portanto, dentro desta conjuntura, um plano ou um programa aparece logo infinitamente limitado, donde a minha proposta pessoal — escolher campos de escritura, sabendo perfeitamente o que se está a fazer e dizê-lo, não ter ilusões acerca de que isso é apenas escrita, escrita é escrita e uma revista é escrita. O que importa para determinado sistema a certa altura não são os papéis, começam a ser outras coisas. O que me parece é que não se pode actuar descaradamente dentro da legalidade. Evidentemente que isso pode fazer correr os tais riscos de um tipo ficar inflamado ou seja transpor-se ao nível das «flamas»; mas, por outro lado, se um tipo só é capaz de ficar inflamado diga-se que ficou inflamado ou que consegue inflamar os outros. O que eu acho é que nunca poderemos vender gato por lebre.

A. L. S. — O João Bénard disse de início que se tinham torneado muitas questões à primeira vista «académicas», para que serve uma revista, etc. Parece-me que até este momento continuamos a fazer o mesmo. Depois o Martins Pereira disse que se tinha feito uma aposta cega, se tinha recusado uma análise científica, etc. Ora parece-me que continuamos a recusar essa análise científica até este momento. A intervenção do Luís Lobo talvez tenha sido um pouco inflamada mas atirou algumas achas para a fogueira. Fundamentalmente continuamos porém um tanto a vender gato por lebre e especialmente a nós próprios. Parece-me que temos, antes de mais, de lúcida e criticamente ter conhecimento do lugar donde estamos a falar, do sítio, do veículo que estamos a utilizar, do modo como o estamos a utilizar. O T. M. é um grupo de trabalho, um grupo político que tinha como consequência primeira a de ultrapassar a revista-produto, que incorpora uma certa quantidade de trabalho, que é vendida por certo preço e que se situa no mercado de edição capitalista ou mais concretamente no mercado de edição capitalista à portuguesa. Se a liberdade é o conhecimento da necessidade, nós temos antes de mais de ter conhecimento da nossa própria necessidade, única maneira de sermos livres. A única maneira de nós, T. M., sermos livres é termos conhecimento das leis que nos regem. Sem idealismos sem frustrações metafísicas ou sem metafísicas das frustrações, parece-me que antes de mais temos de recusar um jornalismo paralelo ao oficial. Em primeiro lugar porque o único jornalismo paralelo correcto numa sociedade capitalista seria uma «underground press». Ora essa «underground press» pressuporia uma prática social intensa das vanguardas sociais que a executariam. Uma das coisas que aqui foram ditas quando começaram as discussões para o lançamento da nova série do T. M. é que as classes sociais às quais nós nos dirigimos estão ainda em gestação, donde não ser correcto optar (e isto um tanto esquemáticamente) por essa «underground press», neste momento, aqui e agora, etc. Teríamos que optar por uma revista legal, oficial, impressa, etc. Se nós tivermos um conhecimento concreto disso mesmo, talvez nos possamos ultrapassar criticamente, talvez então possamos deixar de ter medo de várias coisas que neste momento nos assustam muito, como o jornalismo, o magazine, o legal, etc. Se não nos contentarmos em reflectir a ideologia oficial ou os seus reversos oposicionistas-idealistas e antes pelo contrário, agindo sobre ela a ultrapassarmos tornando visíveis os seus mecanismos comerciais, publicitários, editoriais, nós estaremos de facto a contribuir para bloquear essa ideologia e esses mecanismos. Evidentemente que se pode dizer que estaremos também a convidar a bloquear o próprio TM-produto. Não tenho medo de o ultrapassar e de mais tarde o vir a negar se for necessário. Caso contrário estaremos a cair no fetichismo do produto e isso só nos conduz a círculos viciosos e viciados.

J.B.C. — A intervenção do Nuno Júdice pega num ponto extremamente importante e que talvez para o leitor do T. M. não fique extremamente claro. Ou seja, quando se estruturou o T.M. e quando se pensou em partir para uma nova série, pensou-se em criar algumas equipas de trabalho ou oficinas de

produção que se designaram: uma equipe de política, outra de economia, uma outra de vida quotidiana e uma outra de cultura. Equipe essa de cultura que pegou ou teve como elementos na sua grande maioria os antigos componentes da antiga secção de artes e letras do velho T.M.

Não foi simplesmente para deixar estar algumas pessoas ou conservar alguma coisa; fez-se isso porque ao longo de todas as discussões preparatórias do novo T.M. se pressupôs que o fornecimento de instrumentos teóricos à esquerda portuguesa se não poderia limitar (sobre pena de comprometer tudo aquilo que se ia fazer) ao terreno político, no estrito sentido da palavra. Nomeadamente em campos como o da cultura ou da vida quotidiana, era urgente o fornecimento de novas perspectivas. Que isso se não tenha feito (ou quase se não tenha feito) é uma das nossas mais graves lacunas, susceptíveis de deformar, por si só, todo o projecto.

Em relação ao dito pelo Amadeu, eu só quero pôr duas questões. Estando de acordo com a parte inicial da sua intervenção, portanto com os pressupostos de que ele partiu e com as coisas de que não havia que ter medo, eu só pergunto o seguinte: se o projecto do T.M. pode ser constantemente anulado ou superado, isso é uma hipótese projectada no futuro ou é uma questão que, num plano de rigor absoluto, pode ser colocada desde já? Ou será que estamos à espera que apareçam em Portugal as tais camadas preparadas para consumir e produzir uma imprensa verdadeiramente paralela para que este actual T.M. seja inteiramente refutado?

A.L.S. — Só quero esclarecer que a recusa do jornalismo paralelo, cheio de boas intenções e mãos puras pressupõe uma constante crítica do produto e uma crítica simultânea da produção. Ou seja: não há fases subsequentes de produção má e de crítica boa que nos permite lavar as mãos e ficar de consciência tranquila, mas sim um longo e lúcido olhar constante sobre a produção, sobre o modo de produção, o sistema em que se produz e os canais de difusão do produto.

Por outro lado, julgo que só uma óptica como esta (de recusa do tal jornalismo de mãos puras) é que permitirá ultrapassar a contradição entre a revista que queremos fazer e a que estamos a fazer.

Só uma óptica de abordagem cultural-civilizacional, que ponha em causa todo o sistema de edição capitalista, após se ter inserido nele, é que pode perspectivar um trabalho que é não estritamente político mas cultural-global, é que pode ultrapassar a contradição em que nós de facto estamos a incorrer de olhos fechados: circunscrever uma prática cultural-global a duas equipes e pressupor que uma prática tradicional de abordagem política pode assim continuar a ser feita pelas outras. É todo o grupo T.M., através da revista e não só, que terá de praticar essa abordagem cultural-civilizacional e não apenas duas equipes no interior dele.

J.A.F. — É um facto o desequilíbrio no funcionamento das equipes, o que leva a privilegiar certas abordagens em detrimento de outras.

Quanto ao que diz o Amadeu tenho algumas perguntas a fazer. Uma mudança de óptica, visando pôr em causa a produção para um mercado capitalista, visando tornar transparentes os canais de difusão que envolvem um produto pelo simples facto de ser produzido para um mercado, pode redundar também num jogo ilusório. Há duas ordens de problemas a distinguir: os decorrentes de limites ou erros nossos e os inerentes a uma publicação legal para um mercado capitalista. Se estes impõem limites que devemos conhecer, não podem servir de alibi àqueles. Depois, não é pela simples crítica, pela simples denúncia do consumo capitalista que o T.M. passa a realizar os seus objectivos. Tal crítica deve ser feita, deve ser feita por quem escreve e por quem compra e lê, mas é errado privilegiá-la. É essencial aproveitar o espaço legal de que dispomos para tentar, ainda que dentro de aper-

tados limites, uma outra crítica. É essencial centrar a crítica na base do poder de classe, nas relações de produção, nas relações de classe, nas estruturas económicas, políticas e ideológicas desta sociedade.

Sabes bem o carácter ilusório de certa denúncia da sociedade de consumo, de certas abordagens civilizacionais-culturais, para empregar a tua expressão. Aliás, aceitar a noção de sociedade de consumo é já uma primeira ilusão que vai desfocar o combate, é aceitar um campo proposto pela ideologia burguesa, que facilmente conduz, principalmente nas sociedades capitalistas avançadas, a isolar a luta em níveis superestruturais. Isto incomoda, mas não permite combater eficazmente, radicalmente, o sistema. No fundo, equivale a inverter o economismo.

J. B. C. — Eu só queria insistir numa questão de acento. Se isso é verdade, igualmente é verdade que a luta centrada na produção também é sectorizável e recuperável e também leva a um beco sem saída e que esse perigo me parece mais evidente aqui e agora do que o outro.

A. L. S. — Repetindo um bocado o que aqui já foi dito não só por mim mas por outras pessoas, e olhando salutarmente para o que há-de vir, eu diria que é pela não circunscrição da nossa prática à feitura da revista que passa a prossecução dos nossos objectivos. Evidentemente que o que nós podemos fazer passa muito para além destas quatro paredes a que estamos confinados, tem muito a ver com o que se passa lá fora, com a prática social e política que neste país e neste momento se processa. Mas é através da adequação de prática do grupo à prática revolucionária que no país se processa que esses objectivos serão ou não prosseguidos. Nestas condições, nesta circunstância, com o conhecimento desta necessidade, qual a revista que nós vamos efectivamente fazer? É uma revista teórica, como a que seria feita por um grupo de bolseiros, por um grupo de investigadores? É, num pólo diametralmente oposto, um magazine, uma revista do fácil, do compromisso ainda que incómodo, ainda que pisque o olho ao leitor e lhe diga que «a sua vida não vai tão boa como você pensa»? É uma revista política, uma revista do facto político? É uma revista «cultural-civilizacional»? Ou é um ponto de convergência entre estas coisas todas?

J. B. C. — Julgo evidente que a revista tem de ser um órgão teórico. Como é que isso se vai conseguir? O problema que nós estamos a enfrentar neste momento é se, mesmo sem grupos de bolseiros, sem um gabinete de estudos mas havendo uma planificação do trabalho colectivo e individual, é possível atingir esse objectivo. Eu penso que é possível.

A. L. S. — Está certo. Não podemos recusar porém toda e qualquer abordagem apenas jornalística do acontecimento. A descrição crítica do facto a nível ainda não profundamente reflectido, pode ser uma forma de intervenção extremamente importante se for feita com qualidade. Julgo que se na maquete inicial da revista nós tínhamos deixado uma larga margem para as notas de actualidade não estávamos a apontar para os tais textos fáceis, magazinescos. Estávamos a apontar para textos de um jornalismo de qualidade. As revistas a que nos referimos constantemente como modelo até fazem o mesmo. Fazem-no os *Ramparts*, fazem-no os *Partisans* ...

J. B. C. — Isso estaria muito certo se fosse possível praticarmos um jornalismo informado e esse seria o feito **sobre** a realidade (política e social) portuguesa. Como isso não é possível, acabá-riamos por fazer jornalismo de informação indirecta, sobre o Perú (via *Observateur*) ou sobre a Indochina (via *Monde*).

A. L. S. — A tua posição leva-te a mandar para o cesto dos papéis a parte inicial da revista? A falta de informação que tu apontaste como motivo de recusa para o texto a que chamei «jornalístico», por maioria de razão funciona em relação ao texto «teórico». E porque isso é uma questão que se prende com as possibilidades e os defeitos de informação e formação dos redactores não pode aplicar-se apenas a uma única categoria de textos.

J. M. P. — Queria saber como se inserem aí os tais textos que não são de propaganda mas sim constituem elementos para um debate ideológico, ou seja, textos que não se poderão definir como teóricos mas claramente tomam uma posição ideológica, textos de qualidade que introduzem perspectivas ideológicas a propósito de determinado acontecimento, a propósito de determinados temas. Penso que isto tem lugar na revista e é muito importante. Além disso, e no que se refere aos textos teóricos, não considero que um texto de qualidade necessite de ter 8 ou 10 páginas. É perfeitamente possível fazer uma nota com uma página que teoricamente seja rigorosa.

J. B. C. — Não atiro a parte inicial da revista para o cesto dos papéis. Aquilo que dela deve constar é o que o Martins Pereira definiu como elementos para um debate ideológico. E o exemplo desses elementos é dado pelo texto do Amadeu sobre o livro de Magalhães Godinho — *O Socialismo e o futuro da Península*. Não é um estudo teórico mas contém uma série de elementos prévios e necessários ao debate ideológico. Entendo-a como uma provocação ideológica feita a um autor e teoricamente preparada.

J. A. F. — Todos nós falamos de rotura com certos estilos de escrita e com certa política. Não é com fórmulas milagrosas, não é em textos jornalísticos, não é em pequenas notas que pode ser alicerçada. Não basta tratar as posições adversas pelos seus nomes sonoros. Não é por se alargar a mais um ou dois sectores políticos a aplicação de epítetos do género «reformista», «pequeno-burguês», «ideológico», que se passa a defender posições de esquerda. É necessário tomar as questões pela raiz. Caso contrário, limitamo-nos a aceitar o terreno do adversário, a inverter e devolver-lhe o seu discurso, a não sair da sua linguagem, a combater o adversário no interior da sua ideologia.

J. F. A. — Julgo que chegámos ao fim. Eu era a única pessoa que julgava prematura um debate deste tipo em função do leitor e não em função da vida interna da revista, mas estou talvez parcialmente convencido que não é assim. Em todo o caso, este debate envolve a promessa de continuidade. Julgo que se nós formos acusados de fazer psicanálise de nascituros, temos de fazer necessariamente a análise dos erros e das hesitações da adolescência.